

E&P
Infraestrutura
S.A.
(anteriormente denominada
E&P Infraestrutura Ltda.)

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2023
com Relatório do auditor
independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da

E&P Infraestrutura S.A. (anteriormente denominada E&P Infraestrutura Ltda.)

Bauru – SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da E&P Infraestrutura S.A. (“Companhia”) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da E&P Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

- 1) Conforme nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 apresenta na rubrica de ativo imobilizado o montante de R\$ 92.960 mil na controladora e R\$ 121.087 mil no consolidado e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R\$ 26.844 mil na controladora e R\$ 30.709 mil no consolidado. Não efetuaram desde a adoção inicial dos pronunciamentos técnicos a revisão da vida útil do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado a Companhia e sua controlada devem revisar e ajustar as vidas úteis quando ocorrerem alterações relevantes no nível de utilização dos ativos, mudança na curva esperada de obsolescência e outros fatores. Se a revisão das vidas úteis dos ativos tivesse sido efetuada, certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

- 2) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e sua controlada não adotaram o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, de forma a apurar os efeitos retrospectivos desde a adoção inicial do pronunciamento contábil, que poderiam afetar certos elementos dos valores correspondentes. Se a Companhia e sua controlada tivessem efetuado tal análise, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinação de negócios – São Francisco Resgate Ltda.

Veja a Nota 1.2; 2.3; 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme detalhado na nota explicativa 2.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concluiu em julho de 2023 o processo de aquisição do controle da São Francisco Resgate Ltda., que atua no segmento de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgência; serviços móveis de atendimento a urgência e de remoção de pacientes.</p> <p>Para a contabilização da combinação de negócios, a Companhia aplicou o método de aquisição que envolve, principalmente, a determinação da contraprestação transferida, o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ou do ganho proveniente de compra vantajosa.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>(i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida;</p> <p>(ii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a metodologia utilizada na mensuração e metodologia para identificação dos principais intangíveis identificados; - a razoabilidade e a consistência das principais premissas utilizadas para a mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos; - se as premissas utilizadas são fundamentadas em dados históricos, contratual e/ ou mercado condizentes com a data-base da aquisição e/ ou são condizentes com o orçamento da Companhia e são provenientes de fontes confiáveis;

<p>As estimativas associadas na mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, envolveram julgamentos relevantes na determinação das principais premissas, que foram utilizadas no método do fluxo de caixa descontado, tais como: (i) taxa de desconto; (ii) receita estimadas e (iii) custo e despesas operacionais estimados.</p> <p>Considerando os julgamentos aplicados e do alto grau de subjetividade relacionados as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, bem como a magnitude que o impacto de eventuais alterações poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>- se as estruturas de custos e despesas estimadas estão consistentes em relação a receita estimada; e</p> <p>- se os cálculos matemáticos suportam a determinação dos valores justos para os ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e do ágio ou ganho proveniente de compra vantajosa, que foram realizados com base nas premissas definidas pela administração e revisadas por nós.</p> <p>(iii) Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no que tange as combinações de negócios realizadas, consideram informações relevantes.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, no decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes corrigidos pela administração que afetaram a mensuração e a divulgação do valor justo dos ativos e passivos identificados e consideramos aceitável a mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos e do ágio ou do ganho proveniente de compra vantajosa e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto.</p>
--	---

Outros assuntos - Demonstrações financeiras de exercícios anteriores

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e sobre o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 01 de janeiro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre elas tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 31 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP


Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

E&P Infraestrutura S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado
		31.12.2023	31.12.2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	31.12.2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	38.551	2.039	2.669	46.583
Contas a receber de clientes	6	38.126	7.272	-	50.797
Impostos a recuperar	7	8.264	764	-	33.391
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18	-	-	-	6.574
Outros recebíveis	11	1.769	6.208	3.084	3.662
Total do ativo circulante		86.710	16.283	5.753	141.007
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	12.512	-	-	15.467
Aplicações financeiras	5	-	-	4.900	-
Despesas antecipadas		508	129	-	510
Ativo fiscal diferido	18	-	-	-	4.228
Depósitos judiciais	17	650	-	-	4.590
Outros recebíveis	11	3.335	65	30	3.383
		17.005	194	4.930	28.178
Investimentos	8	157.222	-	-	-
Imobilizado	9	74.933	21.213	16.743	121.087
Intangível	10	-	-	-	76.573
		232.155	21.213	16.743	197.660
Total do ativo não circulante		249.160	21.407	21.673	225.838
Total do ativo		335.870	37.690	27.426	366.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

E&P Infraestrutura S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022***(Em milhares de Reais)*

Passivo	Nota	Controladora			Consolidado
		31.12.2023	31.12.2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	31.12.2023
Circulante					
Fornecedores	12	14.624	2.413	2.289	16.240
Empréstimos e financiamentos	13	6.336	29.319	-	6.336
Debêntures	14	15.537	-	-	15.537
Salários, ordenados e encargos sociais	15	16.500	2.286	-	35.826
Impostos e taxas a recolher		572	41	-	977
Impostos parcelados		3.478	-	-	3.478
Outras contas a pagar	16	25.896	1.892	1.274	26.012
Total do passivo circulante		82.943	35.951	3.563	104.406
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	14.173	2.311	25.222	14.173
Debêntures	14	105.306	-	-	105.306
Impostos parcelados		6.900	-	-	6.900
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17	1.397	-	-	10.837
Outras contas a pagar	16	1.083	1.418	-	1.155
Total do passivo não circulante		128.859	3.729	25.222	138.371
Patrimônio líquido					
Capital social	19	197.122	12	10	197.122
Prejuízos acumulados		(73.054)	(2.001)	(1.369)	(73.054)
Total do patrimônio líquido		124.068	(1.989)	(1.359)	124.068
Total do passivo		211.802	39.680	28.785	242.776
Total do passivo e patrimônio líquido		335.870	37.690	27.426	366.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

E&P Infraestrutura S.A.**Demonstrações dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2023	31.12.2022 (não auditado)	31.12.2023
Receita líquida de serviços	21	241.313	50.251	320.505
Custos de serviços prestados	22	(234.014)	(47.765)	(302.006)
Lucro bruto		7.299	2.486	18.499
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas gerais, administrativas e comerciais	23	(25.011)	(280)	(34.909)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	(32.593)	1.745	(32.303)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(50.305)	3.952	(48.713)
Receitas financeiras	25	4.823	93	5.128
Despesas financeiras	25	(20.995)	(4.451)	(21.048)
Resultado financeiro líquido		(16.172)	(4.358)	(15.920)
Participação no lucro de empresas investidas, por equivalência patrimonial, líquida de impostos	8	1.072	-	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(65.405)	(406)	(64.634)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	(226)	(1.418)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	-	646
Imposto de renda e contribuição social		-	(226)	(772)
Resultado do exercício		(65.405)	(632)	(65.405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

E&P Infraestrutura S.A.**Demonstrações dos resultados abrangentes****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>31.12.2023</u>	<u>Controladora</u> <u>31.12.2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31.12.2023</u>
		(não auditado)	
Prejuízo do exercício	(65.405)	(632)	(65.405)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente no exercício	<u>(65.405)</u>	<u>(632)</u>	<u>(65.405)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

E&P Infraestrutura S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022***(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)			
Integralização do capital social	10	-	10
Prejuízo do exercício	-	(1.369)	(1.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	10	(1.369)	(1.359)
Integralização do capital social	2	-	2
Prejuízo do exercício	-	(632)	(632)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	12	(2.001)	(1.989)
Integralização do capital social	197.059	-	197.059
Acervo líquido	52	-	52
Prejuízo do exercício	-	(65.405)	(65.405)
Ajuste de patrimônio cindido		(5.648)	(5.648)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	197.122	(73.054)	124.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

E&P Infraestrutura S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022***(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado
	2023	2022 (não auditado)	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(65.405)	(632)	(65.405)
Ajustes por			
Despesas de depreciações	26.844	5.604	30.709
Amortizações	271	-	271
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.046	-	1.334
Equivalência patrimonial	(1.072)	-	-
Resultado na baixa de ativos imobilizados	(154)	-	(163)
Juros apropriados empréstimos e financiamentos	20.467	-	20.467
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	1.418
Imposto de renda e contribuição social diferida	-	-	(646)
Variação nos ativos			
Contas a receber de clientes	(29.600)	(7.272)	(28.412)
Estoques	-	-	549
Impostos a recuperar	(4.460)	(764)	(3.605)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.707	-	5.713
Outros recebíveis	7.134	(3.124)	5.194
Despesas antecipadas	(186)	(130)	1.233
Depósitos judiciais	(650)	-	(1.651)
Variação nos passivos			
Fornecedores	4.795	124	(8.184)
Impostos e contribuições a recolher	374	41	779
Salários e férias a pagar	6.333	2.286	17.568
Outros passivos	(1.661)	2.035	(1.668)
Impostos parcelados	(2.030)	-	(2.030)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(226)	-
Outras contas a pagar	321	-	(8.746)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(28.926)	(1.831)	(35.179)
Juros pagos	(8.289)	-	(8.289)
Imposto de renda e contribuição social - pagos	-	(226)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(37.216)	(2.057)	(43.468)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Caixa adquirido na combinação de negócios	-	-	15.402
Caixa adquirido cisão (nota 1.1)	3.338	-	3.338
Pagamento São Francisco Resgate (nota 2.3.1)	(131.123)	-	(131.123)
Aquisição de ativo imobilizado	(61.372)	(3.475)	(62.489)
Aquisição de ativo intangível	(911)	-	(912)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(190.068)	(3.475)	(175.784)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	197.059	2	197.059
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(53.263)	-	(53.263)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-
Captação emissão de debêntures	120.000	-	120.000
Resgate de investimento	-	4.900	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	263.796	4.902	263.796
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	36.512	(630)	44.544
Aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	2.039	2.669	2.039
No fim do exercício	38.551	2.039	46.583
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	36.512	(630)	44.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais), exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A E&P Infraestrutura S.A. (“Companhia” ou “Elo Conservação e Manutenção de Infraestrutura”) (anteriormente denominada E&P Infraestrutura Ltda.) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, situada à Rua Miguel Buso nº 03-37, Vila São João da Boa Vista, tendo suas atividades iniciadas em 02 de dezembro de 2021.

A Companhia é um parceiro estratégico das concessionárias de rodovias, com atuação na manutenção e a conservação da infraestrutura rodoviária, incluindo as áreas verdes, pavimentos, sistemas de drenagem, além da realização de projetos de engenharia, obras na infraestrutura, entre outras atividades vinculadas à prestação de serviços de manutenção e conservação da malha viária.

Em 11 de janeiro de 2023, conforme alteração de contrato social e ata da Assembleia geral de transformação, a Companhia alterou de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado.

1.1 Cisão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2023, foi aprovada a cisão parcial da empresa E.A.R. Construções e Instalações S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ 08.773.987/0001-99 com a incorporação pela E&P Infraestrutura S.A. da parcela patrimonial cindida, com a separação das atividades vinculadas à manutenção da infraestrutura rodoviária que foram totalmente migradas para a E&P Infraestrutura S.A..

O acervo líquido cindido aportado na Companhia foi apurado com base nos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado abaixo:

Ativo	31.12.22
Caixa e equivalentes de caixa	3.188
Contas a receber de clientes	25.905
Adiantamento a fornecedores	266
Tributos a recuperar	6.746
Estoques	5.174
Imobilizado	16.648
Contratos de serviços a executar	332.077
Outros ativos	12.223
Total do ativo	402.230
Passivo	
Fornecedores	8.115
Impostos e contribuições	19.357
Contratos de serviços a executar	332.077
Empréstimos e financiamentos	42.042
Outros passivos	587
Total do passivo	402.178
Acervo líquido a ser incorporado	52

Os efeitos contábeis da integralização de capital considerando o acervo líquido cindido em 31 de dezembro de 2022 e considerando as movimentações até 24 de fevereiro de 2023, data do ato societário de aprovação da cisão:

Ativo	Acervo laudo cisão 31.12.22	Movimentação de 01.01.23 a 24.02.23	Valor cindido em 24.02.23
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.188	149	3.337
Contas a receber de clientes	13.320	446	13.766
Impostos a recuperar	2.599	442	3.041
Estoque	5.174	(5.174)	-
Contratos de serviços a executar	39.765	(39.765)	-
Outros recebíveis	5.149	(1.917)	3.232
Total do ativo circulante	69.195	(45.819)	23.376
Não circulante			
Contas a receber de clientes	12.585	(12.585)	-
Despesas antecipadas	-	193	193
Outros recebíveis	1.369	1.366	2.735
Impostos a recuperar	7.558	1.149	8.707
Contratos de serviços a executar	292.312	(292.312)	-
	313.824	(302.189)	11.635
Investimentos	2.559	(2.559)	-
Imobilizado	16.648	78	16.726
Intangível	2	(2)	-
Total do ativo não circulante	333.033	(304.672)	28.361
Total do ativo	402.228	(350.491)	51.737
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8.115	(700)	7.415
Empréstimos e financiamentos	7.455	10.192	17.647
Salários, ordenados e encargos sociais	6.730	1.151	7.881
Impostos e taxas a recolher	218	(61)	157
Contratos de serviços a executar	63.002	(63.002)	-
Outras contas a pagar	236	(1.921)	(1.685)
Total do passivo circulante	85.956	(54.541)	31.415
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	34.587	(21.428)	13.159
Impostos parcelados	12.408	-	12.408
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	305	46	351
Outras contas a pagar	45	(45)	-
Contratos de serviços a executar	268.875	(268.875)	-
Total do passivo não circulante	316.220	(290.302)	25.918
Patrimônio líquido			
Acervo líquido	52	-	52
Ajuste de patrimônio cindido	-	(5.648)	(5.648)
Total do passivo e patrimônio líquido	402.228	(350.491)	51.737

Os efeitos contábeis no balanço patrimonial referente a cisão na Companhia foram:

Ativo	Antes da integralização 24.02.23	Efeitos da integralização	Após integralização 24.02.23
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	106.680	3.337	110.017
Contas a receber de clientes	10.407	13.766	24.173
Impostos a recuperar	970	3.041	4.011
Outros recebíveis	23.898	3.232	27.129
Total do ativo circulante	141.955	23.375	165.330
Não circulante			
Despesas antecipadas	748	193	941
Outros recebíveis	207	2.735	2.942
Impostos parcelados	-	8.707	8.707
	955	11.635	12.590
Imobilizado	34.211	16.726	50.937
Intangível	25	-	25
Total do ativo não circulante	35.191	28.361	63.552
Total do ativo	177.146	51.737	228.882
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8.080	7.415	15.495
Empréstimos e financiamentos	(1.249)	17.647	16.398
Salários, ordenados e encargos sociais	2.696	7.881	10.577
Impostos e taxas a recolher	73	157	230
Outras contas a pagar	3.048	(1.684)	1.363
Total do passivo circulante	12.648	31.415	44.063
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	3.024	13.159	16.184
Impostos parcelados	-	12.408	12.408
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(45)	351	306
Outras contas a pagar	1.083	-	1.083
Total do passivo não circulante	4.062	25.918	29.980
Patrimônio líquido			
Capital social	160.012	52	160.064
Reservas de lucros	423	-	423
Ajuste de patrimônio cindido	-	(5.648)	(5.648)
	160.435	(5.596)	154.839
Total do passivo e patrimônio líquido	177.145	51.737	228.882

1.2 Aquisição São Francisco Resgate

Em 1º de agosto de 2023 a Companhia adquiriu 100% do capital social da empresa São Francisco Resgate Ltda. (“SFR” ou “Adquirida” ou “São Francisco Resgate”). Fundada em 1997, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, a São Francisco Resgate é uma prestadora de serviços de resgate rodoviário e remoção urbana, líder de mercado, focada no atendimento de urgências e emergências em rodovias privadas, através de contratos com concessionárias, e na remoção de atendimento pré-hospitalar.

Este investimento está alinhado com a oportunidade da Companhia em oferecer novas soluções aos seus clientes, expandindo e diversificando suas operações. Os detalhes da aquisição estão demonstrados na nota 2.3 Aquisição de controladas.

2 Entidades do Grupo

2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre a Companhia e sua controlada, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada (denominada “Grupo”), relacionada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía participação na seguinte controlada direta:

Controladas	País	Participação em 2023	Participação em 2022
São Francisco Resgate Ltda.	Brasil	100%	-

2.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Aquisição de controlada

Em 1º de agosto de 2023 a Companhia adquiriu 100% das quotas da São Francisco Resgate Ltda., empresa especializada no atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgência; serviços móveis de atendimento a urgência e de remoção de pacientes. A aquisição foi realizada nas seguintes condições:

1ª parcela (à vista): R\$ 114.000, pagos na data do fechamento (01 de agosto de 2023), correspondente a uma parcela de R\$ 110.000, acrescida do valor de R\$ 4.000, referente ao pagamento de ambulâncias substitutas.

2ª parcela (à prazo) R\$ 21.184, pago em 30 de dezembro de 2023.

3ª parcela (à prazo) R\$ 23.876, com o pagamento previsto para 30 de dezembro de 2024. As parcelas são ajustadas anualmente por 100% do CDI + 2% a.a.

Parcela de pagamento adicional: o montante de R\$ 5.000, devidamente corrigido pelo IPCA a partir da data de fechamento até a quitação integral do valor, será pago, por conta e ordem do comprador, por meio de descontos a serem concedidos em contratos celebrados com a vendedora e/ou suas afiliadas.

Foi celebrado o Instrumento Particular de Transferência de Quotas que definiu os termos e as condições para a transferência de 100% das quotas representativas do capital social da São Francisco Resgate. Após celebração do Termo de Fechamento, formalizou-se a conclusão da operação e as condições precedentes e das transferências de controle. Na avaliação realizada pela Administração dos ativos e passivos identificáveis adquiridos da São Francisco Resgate estão incluídos *inputs* (toda frota de veículos e relacionamento com clientes) processos e força de trabalho organizada. A Administração avaliou e determinou que, juntos, os *inputs* e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (*outputs*). A Administração concluiu que o conjunto adquirido é uma combinação de negócio, conforme CPC 15 - Combinação de Negócios.

A Companhia consolidou no exercício de 31 de dezembro de 2023 os montantes de receita líquida e lucro líquido, do período de 1º de agosto de 2023 à 31 de dezembro de 2023 oriundos da aquisição, de R\$ 79.192 e R\$ 1.072, respectivamente.

2.3.1 *Contraprestação transferida e a transferir*

Primeira parcela à vista, na data do fechamento, em 1º de agosto de 2023	114.000
Segunda parcela, em 30 de dezembro de 2023 (i)	20.627
Terceira parcela, a ser paga em 30 de dezembro de 2024 (nota 16)(i)	21.444
Adicional, por conta e ordem do comprador (nota 16)(ii)	4.651
Ajuste de preço – Caixa líquido e capital de giro	<u>(2.584)</u>
Valor presente da transação	158.139
(-) Montante pago no exercício de 2023	<u>(131.123)</u>
Contas a pagar por aquisição de investimento	27.016
(i) Valores atualizados na data da transação.	
(ii) Valor presente da transação conforme estimativa de utilização do serviço.	

2.3.2 *Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos*

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição da SFR.

	31 de julho de 2023		
	Saldos conforme livros contábeis	Valor justo identificado	Saldos a valor justo
Caixas e bancos	15.402	-	15.402
Clientes	16.815	-	16.815
Estoques	549	-	549
Impostos a recuperar	25.982	-	25.982
Outros créditos a receber	6.048	(6.048)	-
Despesas antecipadas	1.419	-	1.419
Impostos de renda e contribuição social diferidos	3.582	-	3.582
Depósitos judiciais	2.939	-	2.939
Investimento	245	(245)	-
Imobilizado (nota 9)	30.895	20.647	51.542
Intangível (nota 10)	1	3.753	3.753
Total dos ativos	<u>103.878</u>	<u>18.107</u>	<u>121.983</u>

	Saldos conforme livros contábeis	Valor justo identificado	Saldos a valor justo
Fornecedores	14.595	-	14.595
Obrigações fiscais	3.986	-	3.986
Salários e benefícios sociais a pagar	8.091	-	8.091
Arrendamentos a pagar	28	-	28
Dividendos a pagar	3.301	(3.301)	-
Outras contas a pagar	99	-	99
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (nota 17)	9.152	-	9.152
Outras contas a pagar	1.168	(1.168)	-
Arrendamentos a pagar	81	-	81
Patrimônio líquido	63.376	22.576	85.952
Total do passivo	103.878	18.107	121.983

(i) Mensuração de valor justo

De acordo com as definições do CPC 15 – Combinação de Negócios o valor padrão a ser usado na aplicação das regras de contabilidade de aquisição é o valor justo. Para determinar o valor justo foi elaborado o laudo de alocação do preço de compra (PPA) pela empresa especializada Apsis Consultoria Empresarial Ltda., que utilizou como técnica de avaliação para mensuração: Norma Brasileira de Avaliação publicada pela ABNT, ou seja, preços cotados em mercados ativos quando disponíveis. Porém se os preços cotados de mercado não estavam disponíveis a estimativa de valor justo foi baseada na melhor informação disponível, incluindo os preços para ativos e passivos semelhantes e os resultados de outras técnicas de avaliação.

Ativos adquiridos

Imobilizado
Intangível

Técnicas de avaliação

Norma Brasileira de Avaliações publicada pela ABNT
Método do Custo de Substituição de Abordagem do Custo

2.3.3 Ágio

O ágio reconhecido foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida - a valor presente	158.139
% adquirido	100%
Patrimônio líquido adquirido (nota 8.b)	<u>61.550</u>
Preço excedente na aquisição	96.589
Valor justo alocado	
Ativos imobilizados:	
(-) Mais valia (nota 9)	20.647
Ativos intangíveis:	
(-) Carteira de Clientes (nota 10)	<u>3.763</u>
Ágio	<u>72.179</u>

Mensuração de valor justo

De acordo com as definições do CPC 15 – Combinação de Negócios o valor padrão a ser usado na aplicação das regras de contabilidade de aquisição é o valor justo. Para determinar o valor justo foi elaborado o laudo de alocação do preço de compra (PPA) pela empresa especializada Apsis, que utilizou as seguintes técnicas:

- (a) **Carteira de clientes:** utilizado o método *Multi-Period Excess Earnings* - MPEEM com vida útil de definida de acordo com os contratos que possuem vida útil de 5 meses a 7,42 anos; e

- (b) **O ágio:** apurado na data de aquisição foi de R\$ 72.179 e compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos da expectativa de rentabilidade futura decorrentes da aquisição.

Não foi calculado imposto de renda e contribuição social diferido referente as alocações do PPA (mais valia, ágio e ativos de contrato), pois a Companhia tem a intenção de incorporar a controlada no futuro.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4 Retificação de erros e adoção inicial do ano

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são as primeiras preparadas pela Companhia considerando o conjunto completo dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Até 31 de dezembro de 2022, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis à Pequenas e Médias Empresas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), conforme observado nas demonstrações financeiras auditadas dos anos anteriores da Companhia.

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2023 (data de transição adotada pela Companhia) foram preparadas de acordo com o CPC 37 (R1).

(i) Isenções da aplicação retrospectiva

O CPC 37 (R1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Administração da Companhia efetuou uma análise de todas as isenções voluntárias e adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva.

As outras isenções não são aplicáveis a Companhia ou seus impactos não foram considerados significativos em relação ao padrão contábil anterior.

(ii) Principais efeitos da adoção do BR GAAP

Abaixo incluímos uma lista dos pronunciamentos aplicáveis e uma breve explicação sobre os impactos nas demonstrações financeiras, quando houver:

Pronunciamento	Título do pronunciamento	Data		Efeitos
		Divulgação	Aplicação	
CPC 00	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	10/12/2019	Aplicável	Os efeitos foram refletidos na demonstração financeira atual.
CPC 01	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/2010	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras. Não há indicativos.
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/2010	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 03	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/2010	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 04	Ativo Intangível	02/12/2010	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 05	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/2010	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 06	Arrendamentos	21/12/2017	Aplicável	Os efeitos não foram avaliados na data da demonstração financeira.
CPC 07	Subvenção e Assistência Governamentais	02/12/2010	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 08	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	16/12/2010	Não aplicável	Não há emissão de títulos patrimoniais e/ou de dívidas.
CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	12/11/2008	Não aplicável	A Companhia é de capital fechado e não há requerimento para divulgação.
CPC 10	Pagamento Baseado em Ações	16/12/2010	Não aplicável	Não há pagamento baseado em ações na Companhia.
CPC 11	Contratos de Seguro	17/12/2008	Não aplicável	Não há emissão de contratos de seguros na Companhia.
CPC 12	Ajuste a Valor Presente	17/12/2008	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08	17/12/2008	Aplicável	Estas são as primeiras demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os impactos deste pronunciamento estão apresentados a seguir.
CPC 15	Combinação de Negócios	04/08/2011	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 16	Estoques	08/09/2009	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 18	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	13/12/2012	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 19	Negócios em Conjunto	23/11/2012	Não aplicável	Não há negócios em conjunto.
CPC 20	Custos de Empréstimos	20/10/2011	Não aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 21	Demonstração Intermediária	20/10/2011	Não aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras intermediárias.

Pronunciamento	Título do pronunciamento	Data Divulgação	Aplicação	Efeitos
CPC 22	Informações por Segmento	31/07/2009	Não aplicável	A Companhia é de capital fechado e não há requerimento para divulgação.
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/2009	Aplicável	Todas as políticas com alterações no exercício foram de acordo com tal pronunciamento, conforme divulgado nesta nota explicativa.
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/2009	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/2009	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis	15/12/2011	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/2009	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 28	Propriedade para Investimento	31/07/2009	Não aplicável	Não há propriedade para investimento.
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola	16/09/2009	Não aplicável	Não há ativos biológicos ou produtos agrícolas na Companhia.
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	16/09/2009	Não aplicável	Não há ativo circulante mantido para venda, bem como não há operações descontinuadas.
CPC 32	Tributos sobre o Lucro	16/09/2009	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 33	Benefícios a Empregados	13/12/2012	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 35	Demonstrações Separadas	08/11/2012	Não aplicável	Não há investimentos em empresas, bem como não há elaboração de demonstrações contábeis separadas.
CPC 36	Demonstrações Consolidadas	20/12/2012	Aplicável	As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com tal pronunciamento.
CPC 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	02/12/2010	Aplicável	Aplicação atual está sendo realizada apenas para BR-GAAP e sem efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação	19/11/2009	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	30/08/2012	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 41	Resultado por Ação	06/08/2010	Não aplicável	Não se trata de uma sociedade por ações.
CPC 42	Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	21/12/2018	Não aplicável	A Companhia atende apenas economia brasileira, que não é considerada hiperinflacionária.
CPC 43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	16/12/2010	Aplicável	Estas são as primeiras demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
CPC 44	Demonstrações Combinadas	02/05/2013	Não aplicável	Não há elaboração de demonstrações contábeis combinadas.
CPC 45	Divulgação de Participações em outras Entidades	13/12/2012	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	20/12/2012	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	22/12/2016	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Título do pronunciamento	Data		Efeitos
		Divulgação	Aplicação	
CPC 48	Instrumentos Financeiros	22/12/2016	Aplicável	Nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras.
CPC 49	Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria	18/04/2018	Não aplicável	Não há planos de benefícios de aposentadoria de acordo com o pronunciamento.
CPC PME	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos	27/04/2011	Não aplicável	Conforme descrito anteriormente, a Companhia passou a adotar todos os pronunciamentos a partir dessas demonstrações financeiras, deixando de aplicar o CPC PME.

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em CPC, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em demonstrações financeiras preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotadas. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para CPC afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia são apresentadas nas tabelas seguintes e nas notas que acompanham as tabelas.

Adicionalmente as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2022 estão sendo reemitidas em função da correção de erros decorrentes de contabilização do total dos contratos de prestação de serviços no ativo circulante e não circulante, bem como no passivo circulante e não circulante. Não houve correção de erros identificados em decorrência da mudança da prática contábil para o período de 01 de janeiro de 2022.

Os efeitos da adoção inicial e as retificações de erro foram os seguintes:

a) *Balanço patrimonial*

	Anteriormente apresentado 31.12.2022	Adoção das novas normas (não auditado)	Após adoção inicial 31.12.2022 (não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.039	-	2.039
Contas a receber de clientes	7.272	-	7.272
Contratos de serviços a executar	3.735	(3.735)	-
Impostos a recuperar	765	-	764
Outros recebíveis	6.207	-	6.208
Total do ativo circulante	20.018	(3.735)	16.282
Não circulante			
Despesas antecipadas	130	-	130
Outros recebíveis	65	-	65
Contratos de serviços a executar	86.966	(86.966)	-
	87.161	(86.966)	195
Imobilizado	21.213	-	21.213
	21.213	-	21.213
Total do ativo não circulante	108.373	(86.966)	21.408
Total do ativo	128.391	(90.701)	37.690

	Anteriormente apresentado 31.12.2022	Adoção das novas normas (não auditado)	Após adoção inicial 31.12.2022 (não auditado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	2.413	-	2.413
Empréstimos e financiamentos	29.319	-	29.319
Obrigações sociais e trabalhistas	2.286	-	2.286
Obrigações fiscais a recolher	42	-	41
Contratos de serviços a executar	3.735	(3.735)	-
Outras contas a pagar	1.892	-	1.892
Total do passivo circulante	39.687	(3.735)	35.951
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	2.311	-	2.311
Outras contas a pagar não circulante	1.418	-	1.418
Contratos de serviços a executar	86.966	(86.966)	-
Total do passivo não circulante	90.694	(86.966)	3.728
Patrimônio líquido			
Capital social	12	-	12
Prejuízos acumulados	(2.001)	-	(2.001)
Total do patrimônio líquido	(1.989)	-	(1.989)
Total do passivo	130.381	-	39.680
Total do passivo e patrimônio líquido	128.391	(90.701)	37.690

b) *Demonstração do resultado do exercício*

	Anteriormente apresentado 31.12.2022 (não auditado)	Adoção das novas normas (não auditado)	Após adoção inicial 31.12.2022 (não auditado)
Receita operacional líquida	50.521	-	50.521
Custo das vendas	(47.765)	-	(47.765)
Lucro bruto	2.487	-	2.487
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(280)	-	(280)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.745	-	(1.745)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	3.952	-	3.952
Receita financeira	93	-	93
Despesa financeira	(4.451)	-	(4.451)
Despesas financeiras líquidas	(4.358)	-	(4.358)
Resultado antes dos impostos	(406)	-	(406)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(226)	-	(226)
Resultado do exercício	(632)	-	(632)

c) *Demonstração das mutações do patrimônio líquido - DMPL*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)			
Integralização do capital social	10	-	10
Prejuízo do exercício	-	(1.369)	(1.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	10	(1.369)	(1.359)
Integralização do capital social	2	-	2
Prejuízo do exercício	-	-	-
Adoção das novas normas (não auditado)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	12	(2.001)	(1.989)

d) *Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto*

	Anteriormente apresentado 31.12.2022	Adoção das novas normas (não auditado)	Após adoção inicial 31.12.2022 (não auditado)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais:			
Resultado do exercício	(632)	-	(632)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	5.604	-	5.604
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	-
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	(7.272)	-	(7.272)
Impostos a recuperar	(764)	-	(764)
Outros recebíveis	(3.124)	-	(3.124)
Despesas antecipadas	(130)	-	(130)
Fornecedores	124	-	124
Obrigações sociais e trabalhistas	2.286	-	2.286
Impostos e contribuições a recolher	41	-	41
Outras contas a pagar	2.035	-	2.035
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(1.831)	-	(1.831)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado e intangível	(4.983)	-	(4.983)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(4.983)	-	(4.983)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Aumento de capital	2	-	2
Captações de empréstimos e financiamentos	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos	-	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(630)	-	(630)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro 2022	2.669	-	2.039
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro 2022	2.039	-	2.039

a. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 2.1.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Controladora e sua controlada. Todas as informações contábeis estão apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2.3** - aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.
- **Nota 6** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota 9** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 10** - Análise de recuperabilidade de intangível de vida útil indefinida;
- **Nota 17** - Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis;
- **Nota 27** - Instrumentos financeiros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado (CPC 25).

Se tal reconhecimento não puder ser efetuado pela possibilidade de que a Fazenda ingresse com algum recurso, mesmo que a matéria já tenha sido julgada com repercussão geral em favor do contribuinte, este princípio restará de difícil observância e aplicação no Brasil, pois após o trânsito em julgado ainda existe a possibilidade de ação rescisória e, além disso, o contribuinte obrigatoriamente deverá habilitar seu crédito perante a Receita Federal.

d. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

e. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

5 Políticas contábeis materiais

Novas políticas contábeis materiais adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

A Companhia e sua controlada adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração.

A administração avaliou os possíveis impactos dessa política, e não há impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

ii) Imposto mínimo complementar global

A Companhia e sua controlada adotou a Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 em qualquer jurisdição em que o Grupo opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo.

iii) Informação de políticas contábeis materiais

O Grupo também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais práticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas em determinados casos.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Uma empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações com controladas, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações com controladas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

c. Receita de contrato com cliente

(i) Prestação de serviços

A Companhia e sua controlada adotaram o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, essa norma tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente, pelo valor que reflita a contraprestação pelo qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (o preço da transação). Se determinados critérios forem cumpridos, a receita é reconhecida:

- Ao longo do tempo, de forma a refletir o desempenho da entidade; ou
- Em um momento específico no tempo, quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente.

A Companhia e sua controlada adotaram como critério no reconhecimento de suas vendas, no ponto de transferência aos seus clientes, todos os riscos e benefícios significativos da operação, e a receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e outras deduções similares. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando (i) já houve a execução do serviço contratado; (ii) o valor da receita pode ser

mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia e sua controlada; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade.

As receitas de serviços são compostas por receitas de armazenagem, transporte, aluguéis, dentre outros.

Tipo de produto / serviço	Natureza	Política de reconhecimento da receita
Contrato por administração	A Companhia disponibiliza a mão de obra e recursos (equipamentos), sendo todo o serviço prestado de responsabilidade do cliente contratante.	Medições são realizadas para aprovação junto ao cliente do valor a ser faturado. Para serviços prestados entre dois meses são reconhecidos proporcionalmente ao mês da execução, porém o faturamento fiscal ocorrerá no subsequente.
Híbrido	Contratos que possuem mais de uma modalidade de execução, podendo ser “Contrato por administração”, “Performance” ou “Preço unitário”.	Medições são realizadas para aprovação junto ao cliente do valor a ser faturado. Para serviços prestados entre dois meses são reconhecidos proporcionalmente ao mês da execução, porém o faturamento fiscal ocorrerá no subsequente.
Performance	Todos os detalhes dos serviços a serem executados são estabelecidos em contrato, e a execução deverá estar em total alinhamento às regras e padrões técnicos exigidos das concessionárias, e também pelos órgãos reguladores (Termos de referência da ARTESP/ANTT). Serviços prestados que não se enquadram nos padrões de qualidade geram descontos de qualidade nas medições, de forma a ressarcir o cliente com possíveis autuações dos órgãos reguladores.	Medições são realizadas para aprovação junto ao cliente do valor a ser faturado. Para serviços prestados entre dois meses são reconhecidos proporcionalmente ao mês da execução, porém o faturamento fiscal ocorrerá no subsequente.
Preço global	É um contrato que envolve um preço fixo para executar um determinado serviço, onde o preço é fixado, podendo ocorrer variações por reajustes ou por diferenças entre o serviço orçado versus o realizado.	Medições são realizadas para aprovação junto ao cliente do valor a ser faturado. Para serviços prestados entre dois meses são reconhecidos proporcionalmente ao mês da execução, porém o faturamento fiscal ocorrerá no subsequente.
Preço unitário	Modalidade de contrato no qual os preços são especificados em uma listagem de itens e serviços a preços fixados, apresentados para o cliente. Conforme as medições vão sendo realizadas, os valores constantes na lista de preços são aplicados.	Medições são realizadas para aprovação junto ao cliente do valor a ser faturado. Para serviços prestados entre dois meses são reconhecidos proporcionalmente ao mês da execução, porém o faturamento fiscal ocorrerá no subsequente.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(iii) Venda de ativos utilizados na prestação de serviços

Reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos ativos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

d. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos, receitas de aplicações financeiras, operações de hedge, atualizações de créditos tributário e variações cambiais ativas. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações cambiais passivas, operações com hedge, IOF e perdas em investimentos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

e. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

f. Benefícios a empregados de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são

registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

As taxas médias anuais utilizadas para depreciação em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram:

Equipamentos de Informática	18,00%
Instalações	9,96%
Máquinas e Equipamentos	20,40%
Móveis e Utensílios	16,68%
Veículos	20,52%

j. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos pelo método linear.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, conforme quadro na Nota 10. A taxa utilizada ao mês para amortização de *software* é 2,18%.

k. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ele precisa gerar fluxos de caixa futuros que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referidos como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os seus ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, depósitos judiciais e outras contas a receber.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo

menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Alguns contratos com clientes possuem regras de caução sobre o valor faturado, que são valores retidos sobre as notas fiscais emitidas no mês, que ficam pendentes de recebimento pela Companhia. O objetivo da caução é a formatação de um valor que garanta aos clientes que possíveis contingências durante a execução do contrato serão devidamente financiadas pela Companhia. Em média as retenções variam de 5% a 10% sobre o valor bruto da nota fiscal emitida. Caso não sejam identificadas contingências, os valores são efetivamente pagos pelo cliente, ao término ou durante a execução do contrato.

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

(ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

I. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam *ágio*, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do *ágio* é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o *ágio* esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do *ágio* alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

m. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

n. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

o. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

p. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 e 14, o Grupo tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. O Grupo está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

ii) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações contábeis a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. O Grupo está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. O Grupo não espera que ocorra impactos significativos.

iii) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
Caixa e depósitos bancários	38.532	11	2.669	42.571
Aplicações financeiras (i)	19	2.028	4.900	4.012
	38.551	2.039	7.569	46.583
Circulante	38.551	2.039	2.669	46.583
Não circulante	-	-	4.900	-
	38.551	2.039	7.569	46.583

- (i) As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa no ativo circulante estão representadas por quotas de fundos de Depósito Interbancário - DI e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. Essas aplicações foram contratadas com instituições de primeira linha com índice de rendimento equivalente a 100% a.a. dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI (104,40% a.a. em 2022 (não auditado)).

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
Contas a receber clientes mercado interno	39.777	7.272	-	55.670
Medições a faturar (i)	10.861	-	-	10.861
	50.638	7.272	-	66.531
(-) Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	(267)
	50.638	7.272	-	66.264
Circulante	38.126	7.272	-	50.797
Não circulante (ii)	12.512	-	-	15.467

(i) Refere-se à prestação de serviços efetivamente executados, porém não faturados, por abrangerem mais de um período de medição. A parcela do serviço efetivamente prestado até dezembro de 2023 é reconhecida como medição a faturar, e será faturada no período seguinte, quando mensurados os serviços prestados no mês subsequente.

(ii) Alguns contratos com clientes possuem regras de caução sobre o valor faturado, que são valores retidos sobre as notas fiscais emitidas no mês, que ficam pendentes de recebimento pela Companhia. O objetivo da caução é a formatação de um valor que garanta aos clientes que possíveis contingências durante a execução do contrato serão devidamente financiadas pela Companhia.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia e sua controlada consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período.

a. Composição da carteira de duplicatas a receber por idade de vencimento

	Controladora			Consolidado
	2023	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
A vencer	49.128	7.272	-	62.867
Vencidas entre 1 a 30 dias	236	-	-	1.436
Vencidas entre 31 a 60 dias	116	-	-	346
Vencidas entre 61 a 90 dias	1.158	-	-	1.158
Vencidas entre 91 a 180 dias	-	-	-	92
Vencidas entre 181 a 365 dias	-	-	-	207
Vencidas há mais de 365 dias	-	-	-	425
	50.638	7.272	-	66.531

b. Movimentação da PECLD

	Consolidado 2023
Saldos em 1º de janeiro (não auditado)	-
Reconhecimento da PECLD na aquisição de controle	(267)
Reversão da PECLD	-
Saldos em 31 de dezembro	(267)

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação do Grupo, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e análise de sensibilidade para os ativos estão apresentados na Nota 26.

7. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado
	2023 (não auditado)	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3	-	-	1.052
Programa de integração social – PIS	-	-	-	226
Contribuição social retida na fonte – CSRF (ii)	4.687	427	-	6.202
INSS a recuperar (i) (ii)	-	-	-	19.349
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	3.554	337	-	5.222
Outros	20	-	-	1.340
	8.264	764	-	33.391

- (i) O crédito de INSS é gerado através de retenções sofridas sobre as notas fiscais emitidas pela controlada, utilizado mensalmente na compensação de débitos de INSS da folha de pagamento, através da entrega mensal do Pedido Eletrônico de Ressarcimento e Declaração de Compensação (Per-Dcomp). Até a emissão dessas demonstrações financeiras o Grupo já havia se compensado de aproximadamente R\$4 milhões desse montante.

Garantia

- (ii) O saldo referente ao INSS a recuperar e Contribuição social retida na fonte foi dado em garantia na operação da Debênture, porém pode ser utilizado pela Companhia, o saldo remanescente a cada exercício fiscal é utilizado para reduzir a dívida líquida no cálculo do *covenants*, conforme estabelecido no contrato.

8. Investimentos

a. Informações sobre a controlada direta São Francisco Resgate Ltda.

Em 31 de dezembro de 2023

	<u>2023</u>
Ativo circulante	60.348
Ativo não circulante	39.299
Total do ativo	<u>99.647</u>
Passivo circulante	21.465
Passivo não circulante	9.512
Patrimônio líquido	68.670
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>99.647</u>
Receita operacional líquida	79.192
Lucro líquido do exercício	1.072

b. Movimentação dos investimentos:

	<u>2023</u>
Informações sobre a investida	
Quantidade de ações possuídas	
Percentual de participação	100%
Capital social integralizado 31 de julho de 2023	32.303
Reservas de lucros	29.247
Patrimônio líquido em 31 de julho de 2023 (nota 2.3.3)	61.550
Movimentação do investimento	
Saldo de capital no momento da aquisição	32.303
Saldo de reserva de capital no momento da aquisição	(6.627)
Saldo de reserva de lucros no momento da aquisição	35.874
Total investimento	<u>61.550</u>
Ágio de ativos /passivos adquiridos /assumidos na combinação de negócios	94.600
Resultado do exercício de 2023	1.072
Saldo no final do exercício	<u><u>157.222</u></u>

9. Imobilizado

i) Controladora

Saldo líquido				31.12.2023	31.12.2022
					(não auditado)
Máquinas e ferramentas				34.832	9.919
Computadores e periféricos				554	11
Móveis e utensílios				225	10
Instalações				14	-
Veículos				57.334	10.762
Outros				-	511
				92.960	21.213

Custo	31.12.2022	Adições	Baixas	Adição por cisão (i)	31.12.2023
	(não auditado)				
Máquinas e ferramentas	12.580	33.478	-	16.637	62.695
Computadores e periféricos	12	-	(44)	842	810
Móveis e utensílios	11	317	-	107	435
Instalações	-	-	-	15	15
Veículos	13.591	27.577	-	30.143	71.311
Outros	511	-	(111)	-	400
	26.705	61.372	(155)	47.744	135.666

Depreciação	31.12.2022	Adições	Baixas	Adição por cisão (i)	31.12.2023
	(não auditado)				
Máquinas e ferramentas	(2.660)	(15.251)	-	(9.952)	(27.863)
Computadores e periféricos	(1)	(112)	1	(144)	(256)
Móveis e utensílios	(2)	(97)	-	(109)	(208)
Instalações	-	(1)	-	-	(1)
Veículos	(2.829)	(8.763)	-	(20.813)	(32.405)
	(5.492)	(24.224)	1	(31.018)	(60.733)
	21.213	37.148	(154)	16.726	74.933

(i) Conforme nota 1.1, os ativos recebidos pela cisão parcial da empresa E.A.R. Construções e Instalações S.A. em 24 de fevereiro de 2023, totalizaram o montante de R\$ 16.726.

ii) Consolidado

Saldo líquido

Máquinas e ferramentas
 Computadores e periféricos
 Móveis e utensílios
 Instalações
 Veículos
 Outros

31.12.2022
(não auditado)
44.406
664
1.423
69
73.784
741
121.087

Custo	31.12.2022	Adições	Baixas	Adição por aquisição de controle (i)	Adição por cisão (ii)	31.12.2023
	(Não auditado)					
Máquinas e ferramentas	12.580	33.988	-	15.231	16.637	78.436
Computadores e periféricos	12	75	(44)	378	842	1.263,00
Móveis e utensílios	11	715	(5)	1016	107	1844
Instalações	-	-	-	105	15	120
Veículos	13.591	27.624	(4)	72.132	30.143	143.486
Outros	511	87	(111)	267	-	754
	26.705	62.489	(164)	89.129	47.744	225.903

Depreciação	31.12.2022	Adições	Baixas	Depreciação por aquisição de controle (i)	Adição por cisão (ii)	31.12.2023
	(Não auditado)					
Máquinas e ferramentas	(2.660)	(15.910)	-	(5.508)	(9.952)	-34.030
Computadores e periféricos	(1)	(129)	1	(326)	(144)	-599
Móveis e utensílios	(2)	(143)	-	(167)	(109)	-421
Instalações	-	(2)	-	(49)	-	-51
Veículos	(2.829)	(14.525)	-	(31.535)	(20.813)	-69.702
Outros	-	(11)	-	(2)	-	-13
	(5.492)	(30.720)	1	(37.587)	(31.018)	(104.816)
	21.213	31.769	(163)	51.542	16.726	121.087

(i) Conforme nota 2.3.2 ativos identificáveis adquirido, em 01 de agosto de 2023 a Companhia adquiriu o controle da São Francisco resgate, dentre o montante adquirido o saldo de imobilizado totaliza em R\$ 30.895 acrescido de R\$ 20.647 de mais valia, total adquirido R\$ 51.542. A depreciação da mais valia foi calculada no montante de R\$ 2.620 referente ao período de 01 de agosto de 2023 até 31 de dezembro de 2023, utilizando a mesma taxa de depreciação dos ativos adquiridos.

(ii) Conforme nota 1.1, os ativos recebidos pela cisão parcial da empresa E.A.R. Construções e Instalações S.A. em 24 de fevereiro de 2023, totalizaram o montante de R\$ 16.726.

Garantia

O Grupo possui veículos dados em garantia dos empréstimos de finame, valores aproximados de R\$ 10.920.

Vida útil dos ativos

A Companhia e sua controlada não efetuaram desde a adoção inicial dos pronunciamentos técnicos a revisão da vida útil do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado a Companhia e sua controlada devem revisar e ajustar as vidas úteis quando ocorrerem alterações relevantes no nível de utilização dos ativos, mudança na curva esperada de obsolescência e outros fatores.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável dos ativos, o Grupo avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do testes de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado).

10. Intangível**a) Consolidado**

	<u>Ágio</u>	<u>Carteira de clientes</u>	<u>Softwares</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adição via aquisição - Nota 2.3.3 (ii)	72.179	3.753	912	76.844
Amortizações no exercício	-	(269)	(2)	(271)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>72.179</u>	<u>3.484</u>	<u>910</u>	<u>76.573</u>

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de *softwares*, marcas e patentes e ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Todos os ativos intangíveis possuem vida útil dos ativos intangíveis definida e são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Teste do ágio para verificação de *impairment*

Em 1º de agosto de 2023, a Companhia adquiriu 100% das quotas e controle das operações da São Francisco Resgate Ltda..

O preço excedente na aquisição da São Francisco Resgate foi de R\$ 90.539, sendo que R\$ 20.647 são proveniente de ativos tangíveis, R\$ 3.763 são provenientes de ativos intangíveis e R\$ 66.129 refere-se o ágio pago.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um determinado período.

Na data das demonstrações financeiras a Administração não identificou *triggers* para fins de testes de *impairment*. O ágio registrado na data da aquisição será submetido a testes de *impairment* no próximo exercício.

11. Outros recebíveis

	Controladora			Consolidado
	2023	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
Consórcios não contemplados	3.195	-	-	3.195
Outros contas a receber	1.909	6.273	3.114	3.850
	5.104	6.273	3.114	7.045
Circulante	1.769	6.208	3.084	3.662
Não circulante	3.335	65	30	3.383
	5.104	6.273	3.114	7.045

12. Fornecedores

	Controladora			Consolidado
	2023	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
Nacionais	14.624	2.413	2.289	16.240
	14.624	2.413	2.289	16.240

O prazo médio de pagamento do passivo circulante é de 35 dias, os saldos a serem pagos estão vinculados aos custos da prestação de serviços entre outras despesas operacionais e administrativas.

13. Empréstimos e financiamentos

a. Composição

Modalidades	Encargos	Garantias	vencimento	Controladora			Consolidado
				2023 (não auditado)	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
BNDES	0,42% a.m.	(a)	Jul/24	255	433	993	255
CDC	1,16% a.m.		Ago/27	18.606	28.396	18.965	18.606
FINAME	0,99% a.m.	(a)	Jul/24	618	1.050	1.925	618
Leasing	1,22% a.m.	(a)	Mar/24	724	1.230	2.962	724
Outros	1,67% a.m.		Dez/23	306	521	377	306
				20.509	31.630	25.222	20.509
	Circulante			6.336	29.319	-	6.336
	Não circulante			14.173	2.311	25.222	14.173
				20.509	31.630	25.222	20.509

- (i) O Grupo contratou arrendamentos financeiros para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm opção de compra dos bens por valor residual definido em contrato, mas não possuem cláusulas de reajuste de preço.

b. Movimentação

	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures (nota 14)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	31.630	-	31.630
Saldo adquirido na cisão (nota 1.1)	30.806	-	30.806
Captações	-	120.000	120.000
Juros provisionados	12.240	8.227	20.467
Pagamento de principal	(49.768)	(3.495)	(53.263)
Pagamento de juros	(4.399)	(3.890)	(8.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.509	120.843	141.351

c. Aging saldo não circulante

Os montantes no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora			Consolidado
	2023 (não auditado)	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
2024	4.403		25.222	4.403
2025	4.391	2.311		4.391
2026	3.604	-	-	3.604
2027	1.678	-	-	1.678
2028	30	-	-	30
2029	30	-	-	30
2030	26	-	-	26
2031	8	-	-	8
2032	3	-	-	3
	14.173	2.311	25.222	14.173

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados ou por *aval* dos sócios da Companhia e de sua controlada diretas e indiretas e não possuem cláusulas restritivas.

14. Debêntures (Controladora e Consolidado)

	Taxa média de juros	Vencimento	2023	2022 (Não auditado)
1ª emissão de Debêntures	100% CDI + Spread 4% a.a.	07/2028	120.000	-
Passivo circulante			15.537	.
Passivo não circulante			105.306	.

Primeira emissão de debêntures, de acordo com os termos e condições definidos no instrumento particular de escritura da 1ª emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, da E&P Infraestrutura S.A. perfazendo o valor total da emissão em R\$ 120.000 com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) com prazo de vencimento em julho de 2028.

As debêntures foram subscritas e integralizadas à vista, a partir da data de início da distribuição. O preço de integralização (i) na primeira data de integralização será o seu valor unitário, e (ii) nas datas de integralização posteriores à primeira data de integralização, será o valor unitário acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização até a data da efetiva integralização, sem a possibilidade de subscrição com ágio ou deságio.

A emissora se compromete, durante a vigência das debêntures, garantir a manutenção do índice financeiro obtido pela divisão de sua dívida financeira líquida pelo seu EBITDA, até o limite de duas vezes, sendo que a primeira apuração ocorrerá com base no último trimestre de 2023.

a. Aging saldo não circulante

Os montantes no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora			Consolidado
	2023	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
2024	20.668	-	-	20.668
2025	26.883	-	-	26.883
2026	24.267	-	-	24.267
2027	21.854	-	-	21.854
2028	11.634	-	-	11.634
	105.306	-	-	105.306

15. Salários e ordenados a pagar

	Controladora			Consolidado
	2023 (não auditado)	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
Salários a pagar	5.995	890	-	10.150
Provisão de férias	7.116	714	-	13.545
Encargos e outros	3.389	682	-	12.131
	16.500	2.286	-	35.826

16. Outras contas a pagar

	Controladora			Consolidado
	2023	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
Contas a pagar aquisição São Francisco Resgate			-	
(i)	21.123	-		21.123
Adicional, por conta e ordem do comprador	5.893	-	-	5.893
Outras contas a pagar	1.717	3.309	1.274	1.905
(-) Ajuste a valor presente	(1.754)	-	-	(1.754)
	26.979	3.309	1.274	27.167
Circulante	25.896	1.892	1.274	26.012
Não circulante	1.083	1.418	-	1.155
	26.979	3.309	1.274	27.167

i) Refere-se ao contas a pagar aquisição São Francisco Resgate, veja notas explicativas 1.2. e 28.

17. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

A composição do saldo é a seguir apresentada

	Controladora			Consolidado
	2023	2022 (não auditado)	01.01.2022 (não auditado)	2023
Cível	-	-	-	341
Trabalhistas	1.397	-	-	10.496
	1.397	-	-	10.837

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o montante de R\$ 15.157 (não existiam processo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)) referentes aos processos classificados com prognóstico de risco possível, relacionados principalmente a discussões trabalhistas

A movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro é como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	-	-	-
Saldo incorporado na aquisição de combinação de negócios (nota 2.3.2)	341	8.811	9.152
Constituição de provisão	-	1.685	1.685
Saldos em 31 de dezembro de 2023	341	10.496	10.837

As contingências trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações por equiparação trabalhista ajuizadas por ex-funcionários e terceiros.

A Companhia e sua controlada possuem processos de natureza trabalhista e cível, em andamento, cuja natureza decorre, substancialmente, de questionamentos de horas extras cuja probabilidade de perda, com base na avaliação dos consultores jurídicos, é possível, no valor aproximado de R\$ 13.101 (não existiam provisões em 2022 - não auditado), não tendo sido constituída, dessa forma, provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigentes.

Depósitos judiciais

Para as contingências da controladora e do consolidado apresentadas acima, existem depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 cujo montante da controladora é de R\$ 650 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)) e o montante do consolidado é de R\$ 4.590.

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Consolidado

a. Composição de saldos

	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	4.602
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	1.972
Total a recuperar	6.574

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes pela alíquota nominal e pela alíquota efetiva é demonstrada a seguir:

a) Controladora e Consolidado

	2023	Controladora	Consolidado
		2022	2023
		(não auditado)	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(65.405)	(406)	(64.634)
Alíquota fiscal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(22.238)	(138)	(21.975)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:			
Permanente			
Multas	211	-	211
Descontos concedidos	84	-	84
Despesas indedutíveis	42	-	42
Contribuições a entidade de classe	51	-	51
Reconciliações e ajustes da cisão	35.205	-	35.205
Multas e brindes	211	-	331
Descontos concedidos	84	-	84
Outros	42	-	129
Equivalência patrimonial	(1.072)	-	-
Temporária			
Provisão contingência cível/trabalhista	981	-	981
Complemento Provisão para contingência	416	-	416
Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa	-	-	146
Amortização mais valia - ativos imobilizado	2.620	-	2.620
	38.875	-	40.300
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	9.020	(138)	9.020
Prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos	-	-	4.228
Imposto de renda e contribuição social total:			
Corrente	-	(226)	(1.418)
Diferido	-	-	646
	-	(226)	(772)

A Administração, não constituiu o imposto de renda e a contribuição social diferida sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, na E&P (controladora), nos montantes de R\$ 9.020 em 2023 e (R\$ 138 em 2022 – não auditado), por não apresentar histórico de lucro tributável e não atender aos critérios específicos previsto na norma contábil.

c. Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023, a sua controlada apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos para refletir os efeitos fiscais futuros sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, conforme a seguir:

	Saldo Aquisição	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31.12.2023
Ativo			
Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa	1.336	-	1.336
Premiação <i>performance</i>	-	1.604	1.604
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	9.152	287	9.439
Diferença entre taxas de depreciação	33	11	44
Outros	12	-	12
	<u>10.534</u>	<u>1.902</u>	<u>12.435</u>
Total impostos e contribuições sociais diferidos ativos	<u>3.582</u>	<u>646</u>	<u>4.228</u>

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 3 de fevereiro de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 160.000, com a emissão de 10.820 ações preferenciais da classe A.

Em 24 de fevereiro de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve o aumento de capital social da Companhia, fruto da cisão, incorporando R\$ 52 a título de capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social está totalmente integralizado e representado por 32.163 ações de R\$ 6 cada, distribuídas da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>
PCS II Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	20.003
EVR Holding Administração e Participações Ltda.	4.756
PFMC Empreendimentos Participações Ltda.	7.404
Total	32.163

Em 31 de dezembro de 2022 (não auditado), o capital social está totalmente integralizado e representado por 11.538 ações de R\$ 1,00 cada, distribuídas da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>
EVR Holding Administração e Participações LTDA.	7.500
PFMC Empreendimentos Participações LTDA	4.038
Total	11.538

b. Distribuição de lucros

O lucro líquido apurado em cada exercício, após deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, desde que sejam distribuídos pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de todo o exercício, e desde que haja caixa suficiente.

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

20. Partes relacionadas**a. Controlador final**

O controlador final é o fundo de investimento PCS II Principal fundo de investimento em participações multiestatégia, com 62,19% de participação direta.

b. Transações com E.A.R. Construções e Instalações S.A.

(i) Conforme demonstrado na nota 1.1 ocorreu a cisão parcial com a E.A.R. Construções e Instalações S.A. em 24 de fevereiro de 2023.

(ii) Baixa de outras contas a receber entre a E.A.R. Construções e Instalações S.A. e E&P Infraestrutura S.A., conforme demonstrado na nota explicativa 24, no montante de R\$ 26.537.

21. Receita de prestação de serviços

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
	(não auditado)		
Receita com manutenção e conservação rodoviária	261.952	56.147	261.952
Receita com prestação de serviço médico-hospitalar	-	-	84.048
	261.952	56.147	346.000
Deduções			
Impostos sobre vendas	(20.639)	(5.896)	(25.495)
	241.313	50.521	320.505

22. Custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
	(não auditado)		
Materiais	-	(2.038)	(1.042)
Mão-de-obra direta	(150.771)	(13.847)	(191.490)
Mão-de-obra indireta	(2.090)	(593)	(19.297)
Material auxiliar e insumos	(38.946)	(8.936)	(39.756)
Depreciação	(28.181)	(5.604)	(31.978)
Energia elétrica e água	(278)	(94)	(331)
Outros	(13.748)	(16.653)	(18.112)
	(234.014)	(47.765)	(302.006)

23. Despesas gerais, administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
	(não auditado)		
Despesa com pessoal	(23.237)	(1)	(25.266)
Serviços de terceiros	(23)	-	(5.695)
Despesas tributária	(184)	(43)	(523)
Viagens e estadias	(88)	(137)	(235)
Processos judiciais	(1.397)	-	(1.685)
Outros	(80)	(99)	(1.505)
	(25.011)	(280)	(34.909)

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado
	2023	2022 (não auditado)	2023
Baixa outras contas a receber (i)	(26.537)	-	(26.537)
Impostos parcelados (ii)	(5.383)	-	(5.383)
Outras perdas no contas a receber	(548)	-	(548)
Venda de imobilizado	(123)	-	(123)
Outras receitas e despesas	(2)	1.745	288
Total de outras receitas operacionais	(32.593)	1.745	(32.303)

- (i) Refere-se às conciliações para regularização dos saldos contábeis de contas a receber e outros recebíveis de longo prazo, após a cisão, cuja realização não era provável.
- (ii) Refere-se à conciliação do saldo dos impostos parcelados após a cisão.

25. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado
	2023	2022 (não auditado)	2023
Receitas financeiras			
Descontos obtidos	24	2	203
Juros ativos	2.951	91	2.952
Ajuste a valor presente	1.754	-	1.754
Receitas aplicações financeiras	-	-	125
Outras receitas financeiras	94	-	94
	4.823	93	5.128
Despesas financeiras			
Despesas bancárias	(9.234)	(649)	(9.238)
Despesas de juros	(10.608)	(3.769)	(10.608)
Descontos concedidos	-	-	(17)
Outras despesas financeiras	(1.153)	(33)	(1.185)
	(20.995)	(4.451)	(21.048)
Receitas (despesas) financeiras líquida	(16.172)	(4.358)	(15.920)

26. Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração do Grupo.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposta os seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento

de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais foram incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes ou de aplicações financeiras.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. O Grupo estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

O Grupo estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico relacionado a riscos significativos individuais que o Grupo entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos.

Relativamente aos mútuos com partes relacionadas esses são realizados com Empresas consideradas parceiras na realização e expansão dos negócios do Grupo, portanto, consideradas de baixo risco.

No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

	Controladora	2022	Consolidado
	2023 (Não auditado)		2023
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	38.551	2.039	46.909
Contas a receber de clientes (nota 6)	50.638	7.272	66.264
	89.189	9.311	113.173

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Tipicamente, o Grupo garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Controladora	Valor contábil	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 03 anos	03 a 05 anos
Fornecedores (nota 12)	14.624	14.624	14.624	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	19.135	26.323	8.000	11.266	5.595	1.302	160
Debêntures (nota 14)	120.843	161.505	9.105	43.735	39.174	35.334	34.157
Salários a pagar (nota 15)	16.500	16.500	16.500	-	-	-	-
Outras contas a pagar (nota 16)	26.979	28.904	-	23.876	697	640	3.691
	198.081	247.856	48.229	78.877	45.466	37.276	38.008

Consolidado	Valor contábil	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 03 anos	03 a 05 anos
Fornecedores (nota 12)	16.240	16.240	16.240	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	19.135	26.323	8.000	11.266	5.595	1.302	160
Debêntures (nota 14)	120.843	161.505	9.105	43.735	39.174	35.334	34.157
Salários a pagar (nota 15)	35.826	35.826	35.826	-	-	-	-
Outras contas a pagar (nota 16)	27.071	28.996	92	23.876	697	640	3.691
	219.115	268.890	69.263	78.877	45.466	37.276	38.008

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo.

O cumprimento com as normas do Grupo é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Controladoria do Grupo. Os resultados das análises da Controladoria são discutidos com a administração do Grupo.

Gestão do capital

A gestão de capital da Companhia e de sua controlada, é feita de forma a equilibrar as fontes de recursos próprias e de terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e credores.

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
		(não auditado)	
Total do passivo	211.802	39.679	242.776
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(38.551)</u>	<u>(2.039)</u>	<u>(46.583)</u>
Dívida líquida (A)	<u>173.251</u>	<u>37.640</u>	<u>196.193</u>
Total do patrimônio líquido (B)	124.068	(1.989)	124.068
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	40%	1992%	58%

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
		(não auditado)	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	38.551	2.039	46.583
Contas a receber de clientes	38.126	7.272	50.797
Depósitos judiciais	650	-	4.590
Outras contas a receber	5.104	65	13.092
	<u>82.431</u>	<u>9.376</u>	<u>115.062</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores	14.624	2.413	16.240
Empréstimos e financiamentos	19.135	31.630	19.135
Debentures	120.843	-	120.843
Outras contas a pagar	26.979	3.309	27.071
	<u>182.955</u>	<u>34.939</u>	<u>184.758</u>

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2023, os valores de mercado dos instrumentos financeiros "não derivativos" obtidos por meio da metodologia acima, não apresentam mudança em relação ao valor contábil apresentado, conforme classificação dos instrumentos financeiros.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de

informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado no nível 2.

27. Transações não envolvendo caixa

a. Informações suplementares

	Controladora/ Consolidado	
	2023	2022
Aquisição São Francisco Resgate – Outras contas a pagar (nota 16)	27.016	-

28. Eventos subsequentes

(i) *Integralização de capital*

Em 2 de janeiro de 2024 houve a integralização de capital no valor de R\$ 420.

Em 31 de janeiro de 2024 houve a integralização de capital no valor de R\$ 5.800.

(ii) *Pagamento aquisição São Francisco Resgate*

Em 15 de março de 2024 houve a antecipação da segunda parcela da aquisição da controlada São Francisco Resgate Ltda., no valor de R\$ 21.698.

* * *

Protocolo de assinaturas

Documento

Nome do envelope: 1317394 - 01 - EP Infraestrutura S.A. - 31.12.2023_CLIENTE
Autor: LEONARDO TEIXEIRA MORAIS - leonardo.morais@elo-ci.com.br
Status: Finalizado
Hash: E9-CD-75-37-98-27-D0-B3-74-68-4E-84-76-4F-64-4B-15-5D-F7-09
Hash SHA256: 5ea7734cad1b6616f4110f1a63fb32827b19c507350cc8aadf3036353d92414f

Assinaturas

Nome: Nelson de Castro Ramos Neto - **CPF/CNPJ:** 200.103.258-75
E-mail: diretoria@dinamicacontabil.adm.br - **Data:** 01/04/2024 15:21:29
Status: Assinado com certificado (A1/A3)
Tipo de Autenticação: Utilizando validação de código enviado por e-mail
Visualizado em: 01/04/2024 15:20:13 - **Leitura completa em:** 01/04/2024 15:21:07
IP: 187.39.28.85
Geolocalização: Indisponível ou compartilhamento não autorizado pelo assinante
Certificado Digital: CN=NELSON DE CASTRO RAMOS NETO:20010325875, OU=Certificado PF A1, OU=Presencial, OU=34130920000146, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Nome: joao marcos rossi martins - **CPF/CNPJ:** 358.936.798-90 - **Cargo:** diretor financeiro
E-mail: joao.martins@elo-ci.com.br - **Data:** 01/04/2024 15:22:52
Status: Assinado eletronicamente
Tipo de Autenticação: Utilizando login e senha, pessoal e intransferível
Visualizado em: 01/04/2024 15:22:45 - **Leitura completa em:** 01/04/2024 15:22:50
IP: 187.51.126.146
Geolocalização: Indisponível ou compartilhamento não autorizado pelo assinante

Autenticidade

Para verificar a autenticidade do documento, escaneie o QR Code ou acesse o link abaixo:

<https://totvssign.totvs.app/webapptotvssign/#/verify/search?codigo=E9-CD-75-37-98-27-D0-B3-74-68-4E-84-76-4F-64-4B-15-5D-F7-09>

Código HASH: E9-CD-75-37-98-27-D0-B3-74-68-4E-84-76-4F-64-4B-15-5D-F7-09

